

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p110-122



## DESIGUALDADE SOCIAL E CRISE AMBIENTAL: A NEGAÇÃO DE UM MUNDO COMUM

SOCIAL INEQUALITY AND ENVIRONMENTAL CRISIS: DENYING A  
COMMON WORLD

DESIGUALDAD SOCIAL Y CRISIS AMBIENTAL: LA NEGACIÓN DE  
UN MUNDO COMÚN

Valtenci Lima de Oliveira<sup>1</sup>  
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior<sup>2</sup>  
Cícera Pinheiro Batista<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo alista algumas das conexões entre a questão social com a questão ambiental, explorando a associação do aumento das desigualdades sociais com as condições climáticas como influências mútuas. Adota-se para tanto a multidisciplinaridade como perspectiva teórica e metodológica por esta abordar a realidade social a partir dos conceitos de associação, bem como o conceito de comum em diferentes perspectivas. Isso permite ao investigador uma avaliação da relação conflitiva que os atores humanos têm estabelecido ao longo do tempo com o meio que habitam em função da atual lógica de progresso, fato que requer um debate mais aprofundado.

## PALAVRAS-CHAVE

Ambiente. Comunidade. Desigualdade.

## ABSTRACT

This article lists some of the connections between the social issue to the environmental issue, exploring the association of increasing social inequalities with climatic conditions as mutual influences. For both, multidisciplinary perspective is adopted as a theoretical and methodological perspective because it approaches social reality from the concepts of association, as well as the concept of common in different perspectives. This allows the researcher to assess the conflicting relationship that human actors have established over time with the environment they inhabit because of the current progress logic, a fact that requires a more in-depth debate.

## KEYWORDS

Environment. Community. Inequality.

## RESUMEN

Este artículo enumera algunas de las conexiones entre la cuestión social y la cuestión ambiental explorando la asociación del aumento de las desigualdades sociales con las condiciones climáticas como influencias mutuas. Se adopta tanto para la multidisciplinariedad como para una perspectiva teórica y metodológica porque aborda la realidad social desde los conceptos de asociación, así como el concepto de común en diferentes perspectivas. Esto permite al investigador evaluar la relación conflictiva que los actores humanos han establecido a lo largo del tiempo con el entorno que habitan debido a la lógica actual del progreso, un hecho que requiere un debate más profundo.

## PALABRAS CLAVE

Medio ambiente. Comunidad. Desigualdad.

## 1 INTRODUÇÃO

A importância do debate público envolvendo os mais diferentes segmentos sociais com os problemas climáticos vem sendo avaliado por estudiosos, dentre os quais queremos destacar Bruno Latour. Para ele, a questão ecológica tem a necessidade de ser abordada de modo urgente sob um viés democrático, de modo que possamos construir um conhecimento ampliado do universo social, considerando os aspectos valorativos de todos os atores envolvidos. Diz Latour, que “os pecados de orgulho e de arrogância que os sábios cometiam em nome da ciência, tornam-se virtudes cívicas” (1999, p. 236,237). Isso atinge a ciência, na medida em que ela adere ao compromisso de entender que os corpos heterogêneos estabelecem entre si uma interação necessária de ser problematizada no debate, mesmo que cada qual conserve suas expectativas.

Propomos nesse texto que a comunicação entre entidades científicas, políticas e de movimentos sociais é necessária, para que seja assumida uma postura democrática no debate público. Para tanto, é preciso que os sujeitos independentes das classificações de religião, raça, classe e gênero assumam protagonismo equivalente a importância da questão do bem comum, no sentido de mudar a perspectiva, saindo dos limites do mundo ontologicamente organizado em “categorias homogêneas e separáveis” como argumenta Lugones (2019, p. 357-361).

Para esta autora, a lógica moderna reduz qualquer ordem social, cosmológica, econômica e espiritual, ao que impuseram como pré-moderno. Diante de tal percepção, precisamos analisar sob uma ótica multidisciplinar a constante tensão mantida pelas diferentes posições acerca das relações e valores, bem como das práticas ecológicas, sociais e espirituais. Essa visão contrapõe a diferenciação que estabelece hierarquias dicotômicas que delineiam conforme perspectiva única, tarefas, relevância social e política, comportamentos e sobretudo o modo de pensar.

Partimos da compreensão de que a separação natureza e cultura foram reproduzidas pelos sujeitos que consciente ou inconscientemente acabam naturalizando o modo impositivo de enxergar as coisas e absorver opiniões. No entanto, a transgressão é uma alternativa, como bem analisa Donna Haraway (2019, p. 157-164), expressada na disputa ideológica entre as ciências sociais e da vida que atenua o distanciamento entre o humano e os outros seres vivos. Num momento em que o convívio social esteve afetado por catástrofes ambientais, é importante analisar como os atores se comunicam na tentativa de encontrar pontos consonantes que nos auxiliam a compreender os problemas que afetam negativamente a vida em comunidade.

Uma perspectiva dialógica e multidisciplinar, admite que as diversas posições encontrem pontos de afinidade no debate porque ampliam as possibilidades de chegarem ao objetivo comum. A exemplo da questão ambiental que atrai a atenção dos diversos segmentos da sociedade de forma positiva, essa interação deveria ser a estratégia na luta política de muitas possibilidades para resolução de problemas comuns. Haraway (2019 p. 157-164) chama atenção, aliás, para os riscos de nos conformarmos com uma visão única que, segundo a autora, “produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças”. Para ela é preciso lançar mão do conhecimento sobre a construção social e histórica das categorias, questionar as bases sob as

quais essas categorias foram edificadas e como essa construção influencia o modo de pensar e agir dos sujeitos diante de problemas comuns.

Essa explanação considera o cruzamento de ideias importantes porque permite analisar como os sujeitos são impactados de modo individual e coletivo, pelas mudanças ocorridas no ambiente. Para essa discussão nos propusemos a compreender a dimensão socioambiental por meio da pesquisa bibliográfica com a proposta multidisciplinar, a partir da qual procuramos conectar o conceito de comum e interação na discussão atual sobre direito ambiental. Enquanto instrumento teórico, avaliamos que esses conceitos se complementam porque ajudam a formular discussão sobre a ideia de coletivo que a atual conjuntura reivindica.

Sob esse horizonte discorreremos sobre os posicionamentos dos atores a respeito da questão do coletivo – que na concepção de Bruno Latour, inclui todos os seres – e como o coletivo sofre os efeitos da devastação humana. Foram utilizadas como principais referências a obra, *Políticas da natureza – Como fazer ciências na democracia* (1999), com abordagem do problema da separação ciência e política, propondo uma nova perspectiva ecológica. A obra *Reagregando o Social – uma introdução a teoria Ator-Rede* (2012) em que o autor orienta à uma sociologia, das associações no intuito de compreender o social a partir das conexões que lhe são fornecidas pelos atores. Outras obras de Latour, também, foram acionadas para a compreensão mais ampla das questões elencadas neste ensaio.

Como leitura complementar, apresentamos a perspectiva histórica de Silvia Federici (2019) que em *O feminismo e a política dos comuns*, discorre sobre as interpretações em torno do conceito de comum. A exemplo das ambiguidades que permeiam a construção e apropriação do conceito de comum nas relações capitalistas, indicamos a produção e exploração de bens. Pois é preciso reconhecer a capacidade destrutiva ecológica e social, do modelo de exploração capitalista, uma que a distribuição e descarte de materiais nesse processo impacta diretamente a existência dos seres de modo geral.

Trouxemos alguns ensaios como complementos a essa discussão porque entendemos ser necessário, como já anunciado por Haraway (2019), trabalhar com mais de uma perspectiva, na medida em que pretendemos extrair desses pontos em comum, elementos que nos permitam compreender o tema tratado neste texto.

## 2 A RESPONSABILIDADE DE UM MUNDO COMUM NA ERA DO ANTROPOCENO

A busca por alternativas para lidar com os problemas ambientais não deve dissociar da busca para sanar problemas sociais tão amplamente discutidos por sociólogos no século XXI. Isso porque, nós seres humanos vivemos e experienciamos coletivamente, fenômenos associados às questões climáticas cuja relação com a responsabilidade social deve ser discutida. Esses fenômenos assumem características cada vez mais particulares em decorrência da utilização que fazemos dos espaços físicos, bem como das relações que desenvolvemos com outros seres.

De fato, a ambição humana de expandir seus domínios, desde que se tem registros, resulta em grandes transformações das quais o aumento demográfico, intensifica o consumo e o descarte de resíduos num ambiente propício aos desastres e às doenças (FRANÇOSO, 2020, p. 75-77). As transformações dos

espaços estão associadas as condições de existência almejados pelos sujeitos. Ocorre que a aquisição de bem materiais se dá a custa da extinção de seres cuja falta ocasiona gradativamente o desequilíbrio na natureza, elemento fundamental para o bom funcionamento dos coletivos sociais.

No coletivo social é onde a interação dos seres acontece de forma intensa e progressiva, em decorrência do usufruto que os humanos fazem dos bens naturais e minerais. Essa constatação deveria nos fazer refletir sobre como o surgimento de pandemias e catástrofes ambientais, bem como os conflitos ocasionados pela vulnerabilidade das instituições frente a tais problemas, são fenômenos culturalmente construídos. Como bem observa Françoso (2020, p. 78), “a reprodução do modelo predatório e o atual ataque à democracia, por exemplo, apontam para o mesmo lugar: a degradação da vida”. Essa é uma questão realista sobre a qual precisamos nos debruçar profundamente, a fim de repensarmos a condição de humanos, assim como a relações que estabelecemos com o nosso entorno.

A permanente exploração de novas fronteiras ocorre pela necessidade em atender modos de viver que talvez precisam ser revisados. Pois ainda que sintamos de modo diferente os efeitos da exploração, passamos a experienciar coletivamente as mudanças que o ambiente vem sofrendo ao longo do tempo, por outro lado o não reconhecimento de um mundo comum, vem adiar um desfecho positivo à situação atual. Estudos mostram o quão perceptível é a ação humana em todos os pontos do planeta. Porém na era do Antropoceno, como sinaliza Aragão (2015, p. 18-20) é preciso incluir a responsabilidade com o meio ambiente numa discussão clara e efetiva na qual possamos verbalizar a verdadeira dimensão dessa responsabilidade.

A responsabilidade alargada estende-se a todos aqueles que possam causar efeitos ambientais como consequência da sua atividade, da sua inatividade ou da sua missão. A responsabilidade alargada é de quem está em posição de prejudicar o ambiente, com culpa ou sem culpa, (responsabilidade objetiva), de quem pode evitar esse prejuízo (responsabilidade partilhada), de quem tiver a missão estatutária de proteger o ambiente (responsabilidade subsidiária) e de quem a assumir voluntariamente (responsabilidade facultativa compulsória). É uma responsabilidade perante as pessoas e perante o ambiente (responsabilidade ecológica), perante toda a comunidade (responsabilidade erga omnes), na proporção da sua contribuição (responsabilidade comum, mas diferenciada), podendo responder um por todos (responsabilidade solidária), por muito longe que os efeitos se sintam (responsabilidade global). (ARAGÃO, 2015, p. 22).

Que a responsabilidade comum tenha estreita relação com a cultura, a participação de grupos minoritários na política, no entretenimento e movimentos de massa, pois estes expressam as transformações recorrentes no modo como os sujeitos se posicionam. Assim geram expectativas de um mundo comum, onde a redistribuição dos bens materiais e do conhecimento sejam pautados na justiça social.

Por sua vez, Silvia Federici (2019, p. 379-381) entende que o conceito de comum é atualmente discutido dentro dos movimentos sociais porque a partir da popularidade que ganhou na década de 1990, fez-se o “ponto de encontro para anarquistas, marxistas, socialistas, ecologistas e eco-feministas”. Porém, isso não significa que ele dá conta de explicar a noção de comunidade que a conjuntura atual exige em todos os aspectos social e político.

Para Federici (2019), é preciso enxergar as ambiguidades sob as quais o conceito de comum é interpretado, pois para além do compartilhamento de produtos ou elementos coletivos, carecemos compreender como o conceito de comum está associado ao trabalho reprodutivo. Isso porque o processo referido pela autora, “é a pedra sobre a qual a sociedade é construída”. Ou seja, devemos entender que o interesse de mercado global tem prevalecido em detrimento da proteção à biodiversidade no planeta, o que demanda interferência política que não desorganize a ideia de bens comuns.

A importância em expor as arbitrariedades presentes nos debates e nas ações públicas se faz justamente porque as camadas sociais experimentam de modos diferentes os efeitos da degradação do planeta em busca de bens. Tais experiências configuram a desigualdade ambiental, na medida em que os menos favorecidos social e economicamente são os mais profundamente tocados pelos efeitos da crise. A exemplo disso, em análise da situação pandêmica no ano de 2020, Judith Butler (2020, p. 59,60), destaca que é necessário no atual momento refletirmos sobre as obrigações mútuas frente às consequências das desigualdades que a COVID-19 tornou mais evidente. Para a autora, além da incapacidade que alguns estados têm de prestar assistência necessária à população, haveria ainda o empresariado ansioso por capitalizar o sofrimento, porém a noção de comum aponta para um efeito que não vai escolher grupos humanos, animais, vegetais e coisas em geral.

A reflexão de Butler (2020), indica que a desigualdade social ou de oportunidades se relacionam com os problemas surgidos da exploração do ambiente. Mas também nos faz pensar em como é percebida e sentida a situação catastrófica pelos mais diferentes atores. São questões que estão presentes no dia a dia, mas que são acentuadas em momentos de crise como a “ditadura do coronavírus” conforme aponta Galindo. Para esta autora, a pandemia traz em si o medo, mas também “*es un permiso de superación de todas las libertades que a título de protección se extiende sin derecho a réplica, ni cuestionamiento*” (GALINDO, p. 120-122). Isso ocorreria, segundo Galindo, num regime de classificação levando a obediência principalmente daqueles a quem o Estado, negando a assistência de saúde adequada haveria de decidir quais corpos sobreviveriam a contaminação.

Paralelo a COVID-19, nos últimos anos o mundo tem vivenciado as experiências funestas decorrentes de doenças respiratórias, contaminação das águas, queimadas nos habitats naturais, deslizamentos de terra e enchentes. É a interconexão cultura e natureza se pondo em evidência e provando a fragilidade humana perante as respostas que o meio ambiente tem dado ao uso extravagante dos recursos.

Ainda assim os interesses econômicos e o capitalismo encontram alternativas para se fortalecerem na crise em que, para parte significativa da população mundial é um desafio permanecer vivo. Pode-se citar como exemplo, o desalojamento de centenas de famílias em São Paulo no mês de janeiro de 2022, e como a situação de emergência em que se encontram os 549 municípios em Minas Gerais durante as chuvas, conforme o jornalismo da CNN Brasil mostrou em 13 de janeiro deste mesmo ano.

Observamos que a busca por mais riquezas e o baixo investimento em políticas para sanar problemas corriqueiros, acabam por contribuir para o surgimento de maiores contratempos. Eles acarretam impactos sociais dramáticos, pois além do alto índice de pessoas desempregadas como indica a Organização Internacional do Trabalho (OIT), projetando para 2022, 13,6%, maior do que 2021 com 12,1%, a população de rua tem aumentado significativamente. Nas cidades do Brasil entre 2020 e 2022, embora a cidade de São Paulo seja mais expressiva nesse aspecto, segundo Amorozo e Buono

(2022), as pessoas em situação de rua, é em sua maior parcela, negros conforme análise do perfil dessa população em São Paulo, cidade símbolo do momento de crise aqui no Brasil.

A exemplo do Brasil, a qualidade de vida tem sido afetada pelas doenças infecciosas e pelo desalojamento brusco, este último, em razão das chuvas desproporcionais como consequência do problema climático. Uma ilustração da desigualdade social e ambiental, é apresentada por Aparecida Vilaça em artigo (2021, p. 52-59) onde trata da contaminação do Rio Tapajós pelo mercúrio. Segundo a autora “o mal invisível”, foi descoberto pela Fiocruz em uma pesquisa nas três aldeias mundurucus da bacia do Tapajós em 2019, porém esse não é o único território explorado ilegalmente por garimpeiros.

Os estragos ocasionados pela extração do mercúrio, afetam a água, mas também a alimentação consumida pelos indígenas, como peixe, plantas e animais de caça. De acordo com Vilaça, é uma destruição do meio natural que não eleva o grupo que vive no local a qualquer tipo de desenvolvimento. Isso porque a rentabilidade econômica das companhias de mineração existe à custa da pobreza das pessoas do local, mas também da água, do solo e das matas; além das doenças irreversíveis assim como da violência envolvendo garimpeiros e indígenas.

Como uma cadeia circular, os problemas sociais e ambientais se unem provocando frequentemente danos irreparáveis às muitas famílias em condições de risco permanente, porém tais problemas, não são imediatamente percebidos, uma vez que as demandas, soluções mais urgentes para problemas concretos dizem respeito ao mínimo para garantir a sobrevivência e por isso tornam-se mais legítimas para os mais vulneráveis. Desse modo, as complicações surgidas do acúmulo do lixo, da extinção de espécimes importantes, da poluição das águas, do buraco na camada de ozônio dentre outros, embora sejam indissociáveis, tornam-se secundários.

### 3 DO NEGACIONISMO CLIMÁTICO A EXPLOÇÃO DA POBREZA

A palavra negacionismo entrou no uso cotidiano. Para Latour, este termo ganhou força a partir dos anos 1990, quando, para muitos, a história havia chegado ao seu fim e, portanto, um outro tempo se iniciava, avolumando o processo de globalização, mas, também, aprofundando e acelerando um processo cruel e violento das desigualdades sociais. Para o autor, “[...] é nessa época que se inicia a sistemática operação para a negação da existência da mutação climática” (LATOURE, 2020, p. 9).

Nossa compreensão, tomando como partida a ênfase latouriana de que o negacionismo climático e a explosão da pobreza e extrema pobreza estão interconectados e se afetam mutuamente, é a de que quanto mais se nega os desastres ambientais antrópicos, especialmente, a questão climática conforme discutida recentemente na COP 26, mas assistimos ao crescimento das desigualdades sociais, e não o contrário. É preciso enfatizar isso, pois a relação pobreza e destruição ambiental forma um círculo vicioso e recursivo, isto é, a pobreza de grande parte da população reflete numa ocupação agressiva do espaço enquanto que a crise climática força a manutenção da pobreza.

Esta situação reflete um problema que tem origem na Modernidade, que com seu processo de racionalização, provocou a separação dos entes, ou dos modos de existência. Isto, como vimos, ante-

riormente, engendrou, especialmente, o dualismo Natureza x Cultura. Nesta relação, a natureza acabou por ser subordinada pela cultura fazendo com que cada vez mais ela fosse espoliada, explorada e relegada à própria sorte. Diríamos que existe, então, no mundo moderno, causado por este processo, uma oposição entre natureza e cultura que acaba por afetar ambos os modos de existência.

Entretanto cabe-nos neste ensaio perceber como o negacionismo climático desemboca e promove, ainda que para muitos de forma invisibilizada por esta ideologia, um aumento das desigualdades sociais, que somado as classificações segregadoras já impostas a população pobre, se avolumam numa rapidez extraordinária. Pensando na pluralidade dos modos de existência, Bruno Latour, salienta que,

Com o terreno desobstruído, tendo a experiência restabelecido sua condição de guia confiável, tendo libertado a palavra dessas dificuldades específicas da história dos Modernos, estaremos em condições, [...] de tirar proveito desse pluralismo dos modos de existência para nos libertarmos primeiramente da divisão sujeito/objeto. (LATOURE, 2019, p. 13).

Como vimos o racionalismo dos “modernos” que seccionou a realidade não encontra mais um lugar confortável no mundo que é cada vez mais complexo. Ao olharmos para as engrenagens deste mundo percebemos que elas estão emperrando-se. É preciso, urgentemente, religarmos no mundo os humanos dos não humanos, que desde o século XVII foram afastados. É necessário trocarmos o pronome “eu” por “nós”, numa verdadeira relação de parceria e alteridade para a junção dos mundos que são sim distintos, mas não disjuntos, mesmo que os modernos não queiram. (LATOURE, 2019, p. 20)

A falha ou erro consiste em não relacionarmos os mundos, os modos de existência e de aprendermos uns com os outros, numa infundável rede em que humanos e não humanos, pessoas e coisas seguem juntas. Lógico, que isso, quando não observado, tem como resultado consequências como as que estão diante de nós com a questão ambiental e climática, que mesmo tão visível, ainda sim, é negada por muitos.

Mas como a questão climática avoluma as desigualdades sociais provocando uma explosão no número de pessoas pobres e até abaixo da linha da pobreza? Esta pergunta é respondida à luz do que já vimos até aqui. Estamos interligados, interconectados e, se entendemos assim a realidade, os problemas ambientais ou o problema do clima não estão aquém da realidade ontológica. Eles são partes do todo global. Nesse sentido, tanto a realidade ontológica quanto a cosmológica são modos estruturantes da realidade. Para Latour (2020, p. 11),

A hipótese é que não entenderemos nada dos posicionamentos políticos dos últimos cinquenta anos, se não reservarmos um lugar central à questão do clima e à sua denegação. Sem a consciência de que entramos em um novo regime climático, não podemos compreender nem a explosão das desigualdades, nem a amplitude das desregulamentações, nem a crítica da globalização e nem, sobretudo, o desejo desesperado de regressar às velhas proteções do Estado nacional – o que se costuma chamar, um tanto erroneamente, de “ascensão do populismo”.



Então, enquanto negarmos a situação climática e, de fato, não construirmos políticas eficazes para o enfrentamento dela, os desastres ambientais, especialmente, provocados pelo aquecimento global continuarão acontecendo em proporções cada vez maiores. O resultado disso desencadeia e naturaliza as diversas crises políticas e econômicas no mundo, que já estão aí, e continuarão crescendo e afetando a todos. Entretanto, os maiores prejudicados e que sofrem com os cataclismos, como sempre, são aqueles que não tem vez e voz, que são banidos do debate público, que enganados com o canto das “sereias” da política, acreditam, ilusoriamente e inocentemente, que a solução para as crises está, como diz Latour, na velha política do retorno e criação do Estado nacional, que acreditam, dará mais “segurança”, “proteção” e “comida” ao povo.

Enquanto perde-se tempo pensando a criação de um Estado nacional, a política negacionista ao tempo que abandona e foge das ações para preservação do meio-ambiente e da aplicação de medidas para conter os efeitos, por exemplo, dos gases de efeito estufa na atmosfera, prejudica e vulnerabiliza ainda mais os pobres. Pensando nas desigualdades sociais, muitas pesquisas e estatísticas já elencam que as populações de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e que, por sua vez, já convivem com o desfavorecimento socioeconômico, são também, as mais vulneráveis e mais afetadas pelos problemas decorrentes da questão ambiental, mormente, com a mutação climática.

Segundo o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas sobre os efeitos das mudanças do clima, regiões pobres da África, América Latina e Ásia são as que têm menor oportunidade de adaptação e, portanto, as mais vulneráveis a alterações na dinâmica das chuvas (com enchentes e secas), à diminuição na produção de alimentos, inclusive os oriundos da pesca, à perda de biodiversidade e a efeitos na saúde das pessoas. Ou seja, localidades onde há mais pobreza estão ainda mais susceptíveis aos efeitos das mudanças climáticas.

Então, a cada novo desastre ambiental pelos quais a humanidade passa mais o pobre é afetado, pois o meio em que vive e sua habitação não resiste às calamidades e desastres, tornando-o ainda mais empobrecido e aumentando ainda mais as desigualdades sociais. Com isso, e cada vez mais, os pobres se tornam dependentes de restituição, por intermédio do assistencialismo e de programas de renda que são um direito, mas que dificilmente o emancipam.

Assim, como percebemos, parece existir uma relação profícua entre a crise climática e o capitalismo; este, por sua vez, não consegue ou não tem a intenção de facultar a emancipação do pobre, não lhes dando a oportunidade de, de fato, ter uma vida digna; e aí, como se não bastasse a destruição dos nossos biomas, decorrentes da questão ambiental; a qual também, acaba servindo aos interesses do sistema.

Então fica “cada vez mais evidente que o capitalismo, e o seu conhecido desejo insaciável de acumulação, é o principal motor por trás da iminente catástrofe climática” Foster e outros (2009, p. 1085). Por isso, é preciso que repensemos a questão ambiental e climática na compreensão de que os impactos ambientais ocasionados pelos repetidos cataclismos que aprofundam ainda mais a pobreza e miséria no mundo, precisa com urgência de uma reflexão política no sentido de ponderar, revisar

e modificar o padrão de desenvolvimento econômico no que diz respeito à utilização dos vários recursos naturais dos nossos biomas pois, no dizer de Latour, a sirenes já apitam com toda força nos mostrando o perigo (LATOURE, 2020, p. 303).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste ensaio, avaliamos que os problemas sociais já existentes só se agravam com a ausência do direito ao espaço físico adequado para a sobrevivência dos sujeitos. Percebemos que os alagamentos, os deslizamentos, as queimadas e doenças infecciosas apenas escancaram a face mais cruel do capitalismo moderno, sistema no qual, a oportunidade desigual ocasiona as condições degradantes de onde os sujeitos não conseguem fugir. De modo que a afetação climática acaba por ser a tormenta das camadas sociais economicamente fragilizadas. Assim o aumento da pobreza nos espaços urbanos e a degradação do campo, seguem como exemplos e consequências do contorno de um capitalismo perverso.

Constatamos que a relação perene entre os problemas socioeconômico e a questão ambiental, em que podemos destacar a distribuição desigual tanto da renda quanto do espaço físico, passa também por uma compreensão desordenada do que seja o bem coletivo. Isso porque os atores, as diversas entidades e camadas sociais, tendem a entender tais demandas sob suas próprias condições materiais de sobrevivência, na medida em que exploram os bens naturais visando objetivos distintos.

Vale lembrar que os serviços mínimos oferecidos à parcela significativa da população, são deficitários e a forma como são conduzidos pelas autoridades governamentais, nos faz refletir sobre questões importantes. Por exemplo, a falta de saneamento básico nas periferias, a disposição do lixo em locais impróprios, geralmente próximos a moradias, escoamento de esgotos para rios e lagos é o que existe de mais concreto nas comunidades pobres. Isso é resultado de ações “indevidas”, que de certa forma são percebidas como problemas de menor importância pelos próprios moradores destes locais que já sofrem com as classificações impostas, assim como sentem intensamente a ausência do Estado.

É até compreensível que os sujeitos imersos em situações degradantes, não demonstrem maiores preocupações com a questão do descarte inadequado do lixo ou mesmo com o local onde será derramado todo tipo de dejetos que saem de suas casas. Isso porque é mais provável que antes de despertar para um problema global que afeta a todo o coletivo na Terra, os sujeitos precisam antes se preocupar com problemas práticos, tais como alimentação e abrigo, deixando a questão ambiental em segundo plano. Logicamente que a condição socialmente desfavorável não isenta os sujeitos da responsabilidade com o meio em que vive, mas confirma a necessidade do engajamento das entidades políticas e sociedade civil voltado para essa questão.

A responsabilidade ampliada significaria cobrar das entidades políticas e sociais ações correspondentes às necessidades que o espaço rural e urbano requer atualmente. Para além de educar a população que consiga lidar com a questão da degradação num sentido amplo, é preciso uma ação

coletiva e global no enfrentamento aos problemas climáticos, pois estes há anos tornaram-se rotineiros nos diferentes lugares do mundo. No mais é uma questão complexa com que as sociedades, as entidades científicas e governamentais têm lidado, e que a cada episódio catastrófico, demonstra o quão desafiador é encontrar solução para os efeitos da exploração.

A influência mútua entre a questão social e ambiental é o ponto de onde partimos para compreender o quanto a condição favorável de sujeitos em detrimento de outros, ocasiona cada vez mais pobreza. Isso inclui a exploração de um povo sobre o outro, de uma camada social sobre a outra de um sujeito sobre o outro. Essa inter-relação onde a distribuição de bens acontece sob as ordens do capital, dificulta compreender o que seja o bem comum. Pois é preciso considerar que os interesses que movem o trabalhador da periferia, os povos da floresta, o trabalhador rural, são contrários aos interesses de quem pretende expandir seus domínios visando o lucro.

É fundamental observar que não se trata mais de anunciar o problema porque já o experienciamos em nosso cotidiano. Assim, os estudos que estiveram muito bem fundamentados na ciência desde as primeiras divulgações acerca do desmatamento e o aumento dos gases na atmosfera, estão sendo provados concretamente sobretudo pelos mais vulneráveis.

Portanto, precisamos considerar que os impactos decorrentes da crise climática e ambiental proveniente do uso abusivo do meio-ambiente, tem gerado um abismo cada vez mais profundo entre as pessoas. Com isso, cresce a cultura do abandono e do descaso que afeta negativamente todo o coletivo, embora o trato diferenciado quanto a questão ambiental gera também um impacto adverso nas condições sociais. Enfim, este artigo sugere que as questões ambiental e climática têm íntima relação com o problema social atualmente, e que a ideia de comum defendida pelos diferentes atores sociais, encontra eco no discurso, porém enquanto alvo de reflexões mais profundas carece de ser analisada por diferentes perspectivas.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRA, Aragão. Responsabilidade ambiental para o século XXI. Congresso Brasileiro De Direito Ambiental – Sociedade e Consumo Sustentável, 20. Org. Antônio Herman Benjamin e José Rubens Morato Leite. **Anais [...]**, 2015.

AMOROZO, Marcos; BUONO, Renata. Na rua, na chuva, na sarjeta. Disponível em: [piaui.folha.uol.com.br](http://piaui.folha.uol.com.br). Acesso em: 14 mar. 2022.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus limites. *In*: AGAMBEM, G.; ZIZEK, S. *et al.* **Sopa de Wuhan**. Barcelona, Espanha: Editorial Aspó, 2020.

CNN BRASIL. Disponível em: <http://www.cnnbrasil.com.br> Acesso em: 2 mar. 2022.

COEP. Mudanças Climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades. Subprojeto Populações. Vol. 1. **Relatório de Pesquisa técnico 5**, Rio de Janeiro, maio 2011.

FOSTER, John B.; CLARK, Brett; YORK, Richard. **The midas effect**: a critique of climate change economics. **Development and Change**, v. 40, n. 6, p. 1085-1097, 2009.

FRANÇOZO, Luís Michel. A cultura da covid 19 e a natureza humana: *In*: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. 75-77 p.

HARAWAY, Donna; LUGONES, María. FEDERICI, Silvia. *In*: LORDE, Audre *et al.* **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. 157,164-357. 361 p.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar**: como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência**: uma antropologia dos modernos. Tradução Alexandre Agabiti Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Baurú, SP: EDUSC, 2004.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: 34, 1994.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Sobre os dados usados relativos ao Brasil no relatório WESO Trends da OIT**. Disponível em: [www.ilo.org](http://www.ilo.org). Acesso em: 14 abr. 2022.

O QUE rolou na COP26: um resumo do evento climático mais importante do ano. **Super Interessante**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cop26/o-que-rolou-na-cop26-um-resumo-do-evento-climatico-mais-importante-do-ano/>. Acesso em: 8 fev. 2022.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Desigualdade e pobreza amplificam vulnerabilidade à mudança climática nas Américas do Sul e Central. **jcNotícias**. Disponível em: [www.jornaldaciencia.org.br](http://www.jornaldaciencia.org.br). Acesso em: 26 mar. 2022.

VILAÇA, Aparecida. O mal invisível: o mercúrio usado no garimpo está arruinando a saúde dos indígenas. **Revista Piauí**, São Paulo, n. 176, maio de 2021.

---

**Recebido em:** 20 de Novembro de 2022

**Avaliado em:** 15 de Janeiro de 2023

**Aceito em:** 8 de Abril de 2023

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Especialista em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro – FABAT; Mestrando em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGCS-UFRN; Bacharel em Teologia pela Faculdade Unidade de Vitória – FUV; licenciado em História pela Universidade Educacional da Lapa – UNIFAEL e em Filosofia pela Faculdade Entre Rios do Piauí – FAERPI; Membro do Grupo de Pesquisas Mythos Logos – PPGCS-UFRN.  
E-mail: prvalencioliveira@gmail.com

2 Doutor – PUC/SP); Pós-doutor em Ciências Sociais – Università degli Studi di Padova; Especialista em estudo da religião e da epistemologia das Ciências Sociais; Coordenador do PPGCS-UFRN, Grupo de Pesquisa Mythos-Logos e Plataforma Nosso Futuro Comum do Instituto Humanitas.  
E-mail: orivaldojr@yahoo.com.br

3 Especialista em Gestão Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Natalense – IESN; Mestranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGCS-UFRN; Licenciada em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. E-mail: cicerapinhoibatista.patricia@gmail.com

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

